

## UMA BREVE INCURSÃO NA PERSPECTIVA DE POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA À SAÚDE DO TRABALHADOR

Luiz Carlos dos Santos

É sabido que o trabalho sempre esteve presente na vida das pessoas. O que distinguiu uma sociedade da outra estava atrelada à concepção sobre o trabalho. Inicialmente, as sociedades percebiam o trabalho como forma de sobrevivências. Todavia, nas sociedades greco-romanas, o trabalho já começava a ser pensado e, de certa maneira, organizado. Enquadrada enquanto escravista, essa sociedade definia o trabalho por labor, práxis etc.

A fragmentação do Império Romano resultou numa significativa alteração na vida dos senhores feudais, os quais se recuaram a seus espaços de terra, fundando vilas. Nessa transição os escravos passaram a ser chamados de servos, estabelecendo uma relação de deveres e direitos.

Cabe assinalar que a Igreja também referendava esse sistema, o qual gerou cobrança de tributos. Conseqüentemente, a concepção de trabalho volta-se para a salvação divina. Eis que, segundo assevera Minetto (2002), com a Reforma Protestante, no século XVI, paulatinamente os ensinamentos religiosos/teológicos começaram a imprimir novo sentido ao sofrimento do trabalho, transformando-o em conformismo, motivo de orgulho e sacrifício.

Max Weber (1980) escreveu sobre a ética protestante e o espírito do capital, evidenciando a mencionada mudança, que vai tomando novos contornos com o capitalismo, a sociedade privada, a divisão social do trabalho e o assalariamento. Ressalte-se que essa conduta racional tinha por princípios valores morais intrínsecos ao capitalismo. Portanto, uma lógica diversa da sociedade anterior. O trabalho passa a ser gerador de renda, riqueza, vocação, profissão e virtude.

Países, a exemplo da Inglaterra, França, Suíça, Estados Unidos, dentre outros vão incorporar a ideia de que trata o parágrafo precedente. E são os protestantes com sua racionalidade, que vão assumir as fábricas. Trata-se, pois, de uma nova concepção de trabalho que vai emergindo e dando âncoras para a burguesia.

Com a Revolução Francesa (1789-1799), os questionamentos da estrutura do poder resultando em pressões, fizeram com que a burguesia e os camponeses se unissem para derrubar o clero e a monarquia do poder, emergindo a nova sociedade do século XVIII, intitulada de capitalista. A Sociologia surge então para pensar as novas formas de sociedade.

Após essa sinopse histórica sobre o trabalho até o surgimento da sociedade capitalista, convém que se conceitue trabalho. Cunha (1987), etimologicamente remete trabalho à tortura, derivado de tripalium - da ideia inicial de “sofrer” passou à ideia de esforçar-se, lutar, pugnar e, por fim, trabalhar, ocupar-se de algum mister: exercer o seu ofício.

Já no sentido corrente, encontra-se o termo trabalho como sinônimo de atividade, ocupação, ofício, profissão, tarefa, distinguindo-se de lazer e aparecendo ainda como resultado de uma determinada ação.

Ao falar sobre a natureza do trabalho, Enguita (1993), indica duas perspectivas, a otimista ao apontar que a tecnologia liberta o trabalhador de tarefas pesadas e rotineiras, e a pessimista, sugerindo que esta destrói lugares de trabalho, condena os trabalhadores a empregos desqualificados, monótonos e rotineiros, induzindo ao consumismo e desumanizando as relações sociais. O mencionado autor considera, ainda, que a dimensão pessimista retrata melhor a realidade, uma vez que os processos de inovação tecnológica por muitas vezes desqualificam o trabalho, atendendo aos interesses do capital.

Por seu turno, Codo (1993), enfatiza que frequentemente a palavra trabalho surge com duplo significado, ação-esforço, moléstia-fadiga que nada mais é que um sofrimento. Nessa esteira de raciocínio podem ser enquadrados Schonberg (1988) e Savtchenko (1974).

Porém Marx (1983), pensador e crítico alemão, traz em sua obra o Capital, uma completa contextualização sobre o trabalho, que o descreve como atividade resultante do dispêndio de energia física e mental, voltada à produção de bens e serviços, que contribui para a reprodução da vida humana, individual e social; divide o trabalho em concreto e abstrato, onde o primeiro corresponde ao valor de troca de mercadoria, e o segundo é o dispêndio de energia humana, desconsiderando as múltiplas formas que são empregadas. Para Marx (1983), o trabalho, como criador de valores-de-uso, como utilidade, é indispensável à existência do homem, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza, e, conseqüentemente, de manter a vida humana.

Passando-se ao cerne deste texto de opinião, o desenvolvimento das políticas de saúde brasileira tem revelado que o atendimento das necessidades da população está muito longe de contar com a cobertura da prestação de serviços por elas oferecidos. Corroboram esse posicionamento expoentes tais como Rezende (1989); Rifkin (1995), Codo (1993), entre outros.

Isso porque, à saúde do trabalhador pressupõem um conjunto de determinantes econômicos, políticos, sociais e ideológicos, que se objetivam no campo das lutas e

contradições geradas pelo sistema capitalista em uma determinada realidade social, articulando os conceitos de totalidade e historicidade.

Entende-se, salvo melhor juízo, que é dentro desse contexto que se situa a saúde do trabalhador, determinada por condições internas e externas do ambiente de trabalho. Estas condições impostas ao trabalhador nas relações e instituições públicas, organizações privadas e entidades do terceiro setor, as quais são responsáveis pelas formas e modo de trabalhar e remunerar, bem como da vida e sobrevivência dos empregados/trabalhadores.

Ao traçar uma política pública voltada à saúde do trabalhador, o governo deve considerar uma série de fatores - intervenções na área de saúde, pensando na promoção, prevenção, reabilitação e cura, inclusive as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, numa perspectiva inter. / trans. e multidisciplinar.

Atenção à saúde do trabalhador, portanto, não deve estar circunscrita apenas sob o aspecto médico, mas nas diversas intervenções, cujas práticas enfocam a prevenção. Desta forma, acredita-se numa visão de totalidade, onde o entendimento da saúde do trabalhador pressupõe um conjunto de determinantes econômicos, políticos, sociais e ideológicos, os quais objetivam no campo das lutas e contradições, geradas pelo sistema capitalista em uma determinada realidade social, articulando os conceitos de totalidade e historicidade.

Frise-se que o regime de trabalho, a duração da jornada de trabalho e a falta de pausas, dentre outros fatores, podem levar ao processo de adoecimento do trabalhador. Mas, a sociedade capitalista é organizada e pensada somente buscando o aumento da produção, em detrimento das condições de vida do trabalhador.

Assinale-se, enfim, que as perturbações nervosas se desvelam a partir de um conjunto de queixas, que devem ser entendidas num contexto mais amplo, envolvendo o objeto e o ambiente de trabalho, e como isso se dá no cenário societário.

## REFERÊNCIAS

CODO, W. **Indivíduo, Trabalho e sofrimento**: uma abordagem interdisciplinar. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2.ed. 1987.

ENGUITA, M. F. **Trabalho, escola e ideologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

MARX, K. **O Capital** - crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MINETTO, Tânia Mara. **A saúde e o binômio organização e trabalho**. Frederico Westphalen: EDURI, 2002.

REZENDE, A. L. M de. **Saúde**: dialética do pensar e do fazer. São Paulo: Cortez, 1989.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SCHONBERGER, R. **Técnicas industriais japonesas**: nove lições ocultas sobre a simplicidade. São Paulo: Pioneira, 1998.

SOUZA, Alírio Borges. **Política Pública na área de saúde**. Belo Horizonte: Alvorecer: 2009.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.



LUIZ CARLOS DOS SANTOS  
[www.lcsantos.pro.br](http://www.lcsantos.pro.br)